

**HABEAS CORPUS Nº 522.162 - DF (2019/0209962-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : THIAGO DE CASTRO MARTINS  
**ADVOGADO** : THIAGO DE CASTRO MARTINS - DF048459  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS  
**PACIENTE** : MATHEUS ALMEIDA GOMES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de MATHEUS ALMEIDA GOMES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que denegou a ordem visada no *Writ* n. 0710273-64.2019.8.07.0000 para manter a segregação cautelar decretada em desfavor do ora paciente nos autos da ação penal em que responde pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta o impetrante, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal, consubstanciado na inidoneidade da fundamentação da decisão que decretou a custódia processual, uma vez que não teria demonstrado concretamente de que forma, em liberdade, o acusado poderia causar embarço à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, reputando ausentes, assim, os requisitos autorizadores da medida extrema, elencados no art. 312 do diploma processual penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do paciente – sem antecedentes, família bem estruturada, ocupação lícita e endereço fixo –, predicados que lhe garantiriam os requisitos necessários para responde à ação penal em liberdade.

Requer, assim, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente.

Liminar indeferida.

Informações prestadas às e-STJ fls. 149-166.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da ordem.

**É o relatório.**

**É o relatório.**

O pleito não merece prosseguir.

Isso porque, das informações obtidas no endereço eletrônico do Tribunal de origem, se verifica que, no dia **18/11/2019**, foi revogada a prisão preventiva do paciente e, em **29/11/2019**, foi proferida sentença condenando-o ao cumprimento de 1 ano e 11 meses de reclusão, em regime aberto, e ao pagamento de 190 dias-multa, sendo-lhe permitido recorrer em liberdade, circunstâncias essas que evidenciam a perda do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julga-se prejudicado** o *habeas corpus*.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator